

MJR debate direitos sociais com ONG europeias

"Pilar europeu dos direitos sociais" enfrenta grandes expectativas, bem como ceticismo

15/06/2016



Maria João Rodrigues prepara-se para ser a relatora do Parlamento Europeu sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, cujo primeiro esboço foi proposto pela Comissão Europeia para consulta pública no passado mês de Março 2016.

Organizações não-governamentais ativas no domínio do emprego e das políticas sociais estão a organizar uma série de debates

públicos, com o objetivo de convencer a Comissão, bem como o Parlamento Europeu a ser ambiciosos ao atualizar os direitos sociais na Europa para o Século XXI. MJR participou num destes debates em Bruxelas, em 15 de junho, com representantes de sindicatos, organizações que lutam pelos direitos das crianças, pessoas sem-abrigo, jovens, mas também com associações empresariais. Muitos destes agentes estão preocupados com o subfinanciamento dos serviços sociais e com o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, provocados pelas mudanças tecnológicas e pela globalização.

A União Europeia tem vários regulamentos que protegem os trabalhadores no mercado único contra o abuso e contra os perigos para a sua saúde e segurança. Os Tratados da UE contêm fortes objetivos de progresso social e de coesão e a Carta dos Direitos Fundamentais estabelece diversos direitos e liberdades que a União é obrigada a respeitar e promover, incluindo o direito dos trabalhadores de se organizarem e de coletivamente negociarem com os empregadores.

No entanto, a realização prática destes direitos está a ser cada vez mais difícil numa Europa enfraquecida por uma longa crise económica e com muitas pessoas presas a empregos precários e mal pagos. Muitos trabalhadores também se encontram incapazes de exercerem os direitos sociais corretamente quando estes dependem da "economia gig", ou seja, fazem o trabalho *on-demand* intermediado por plataformas digitais, com trabalhos de curta duração e mas sem contrato de trabalho real. Além disso, as regras atuais da UE sobre os orçamentos públicos muitas vezes trabalham de forma contraproducente, obrigando os governos a reduzir os investimentos públicos que poderiam restaurar as condições sociais decentes e efetivar a igualdade de oportunidades.

Para Maria João Rodrigues, o debate em curso sobre os direitos sociais é crucial para conseguir voltar a ligar a União Europeia às pessoas. Os direitos sociais devem ser exequíveis na prática e a Europa precisa de instrumentos económicos reais para tornar a sua realização possível. Isto é o que ressaltou na sua discussão com ONGs sociais e esta a meta pela qual vai lutar no Parlamento Europeu.